



**ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
CONVÊNIO SAESP - UEG
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ALTOS ESTUDOS DE
SEGURANÇA PÚBLICA – CAESP**



LUÍS ANTÔNIO DA SILVA ROCHA

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE
GOIÁS**

**GOIÂNIA
2014**

Tenente Coronel LUIS ANTÔNIO DA SILVA ROCHA

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE
GOIÁS**

Trabalho de Conclusão do Curso de pós-graduação em Altos Estudos de Segurança Pública da Superintendência da Academia Estadual, em convênio com a Universidade Estadual de Goiás, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Altos Estudos de Segurança Pública.

Orientador: Professor Mestre Coronel BM Luiz Antônio da Silva

**GOIÂNIA
2014**

Tenente Coronel LUIS ANTÔNIO DA SILVA ROCHA

**A FORMAÇÃO DOCENTE NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE
GOIÁS**

Trabalho de Conclusão do Curso de pós-graduação em Altos Estudos de Segurança Pública da Superintendência da Academia Estadual, em convênio com a Universidade Estadual de Goiás, apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Altos Estudos de Segurança Pública.

Aprovado em 02 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Cristhyan Martins Castro Milazzo
Presidente

Professor Mestre Tenente Coronel BM Durval Barbosa de Araújo

**GOIÂNIA
2014**

A FORMAÇÃO DOCENTE NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

RESUMO: A fim de se problematizar a formação dos professores/instrutores militares dos cursos ofertados na Academia de Polícia Militar de Goiás, foram submetidos os alunos de três cursos (CFP, CFO e CAESP) e seus respectivos professores a questionários referentes às suas opiniões relativas às realidades de ensino e docência da instituição. Sendo seus resultados interpretados a partir de teóricos da educação brasileira e expostos em gráficos e porcentagens, estabelecendo-se relações entre as carências cognitivas e didáticas que estudantes notam no ensino ofertado pela instituição e, além disso, a ausência de rigor na escolha profissional, aliada à falta de incentivos à formação continuada e especialização na área de docência para seus professores /instrutores.

Palavras-chave: Formação Docente. Formação continuada. Polícia Militar do Estado de Goiás. Academia de Polícia Militar de Goiás.

Abstract: In order to discuss the training of teachers / military instructors of the courses offered at the Military Police Academy of Goiás, students from three courses (CFP, CFO and CAESP) and their respective teachers underwent questionnaires regarding their views on the realities of education and the teaching institution. The results are interpreted from theoretical Brazilian education and are shown in graphs and percentage charts, establishing relationships between cognitive and educational necessities that students observe in the training offered by the institution and, in addition to this, the lack of severity in the career choice, combined with the lack of incentives for continuing education and expertise in the area of teaching to their instructors.

Keywords: Teacher / instructor training. Continuing education. Military Police of the State of Goiás. Military Police Academy of the State of Goiás.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	DESENVOLVIMENTO	7
2.1	Academia da Polícia Militar de Goiás	8
2.2	Considerações sobre o ensino da APM/GO.....	9
2.3	Metodologia de pesquisa.....	11
2.4	Resultados.....	12
2.4.1	A Educação Militar a partir de instrutores/professores	13
2.4.2	A Educação Militar a partir dos discentes.....	14
2.5	Carências e potencialidades da Educação Militar em Goiás, na Academia de Polícia Militar	16
3	CONCLUSÃO	19
4	REFERÊNCIAS.....	21
	ANEXOS	24
	ANEXO I - Comparativo entre as Matrizes Curriculares de 1979 e 2007.....	25
	ANEXO II - Questionário aplicado aos alunos aos professores/instrutores dos cursos de Formação de Praças, Formação de Oficiais e Alto Estudos de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás com dados em gráficos.....	26
	ANEXO III - Questionário aplicado aos alunos dos cursos de Formação de Praças, Formação de Oficiais e Alto Estudos de Segurança Pública da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás com dados em gráficos.....	31

1 INTRODUÇÃO

Existe uma formação docente na Polícia Militar do Estado de Goiás? O presente artigo busca analisar este processo através da pesquisa qualitativa e quantitativa que utilizou diversos instrumentos, tais como, análise documental, realização e aplicação de questionários, visitas técnicas, entre outros.

A temática do ensino militar ainda é bastante nova, necessitando de fontes científicas para fundamentar estes estudos e comprovar positivamente a importância desses dados no mundo acadêmico, sendo pretensão desta pesquisa ressaltar o valor da formação dos professores e instrutores para o exercício da docência superior, viabilizando um ensino de maior qualidade.

Sempre secundarizada em função da educação civil, a educação militar ainda é uma lacuna na História Brasileira. A trajetória do militarismo no Brasil só se torna conhecida a partir da década de 1970. No entanto, essas instituições de formação militar têm a responsabilidade de proteger a população, administrar conflitos, encaminhá-los à punição em função da manutenção da ordem pública, patrocinando a integridade do cidadão, que tem seu valor subestimado quando a educação de seus profissionais não recebe a atenção devida.

Dessa forma, a análise da história da educação militar goiana, as exigências, o papel real e ideal dos docentes que nela atuam e as opiniões dos seus agentes, faz-se relevante para o aprimoramento científico nesta área de ensino profissionalizante. Para o cumprimento deste desígnio realizou-se pesquisa interna, baseada em questionário objetivo, com aproximadamente mil pessoas, distribuídas nos públicos docentes e discentes.

O trabalho foi baseado em pesquisadores que discutem a educação militar em Goiás e em outros estados da federação, como Souza (2003), Pereira (2013), Rocha (2011), Kirsh e Mizukami (2011), Martins *et. al.* (2012). Além de teóricos ligados à educação, como Brandão (2004), Libâneo (2004) e Freire (1987, 1996). Dessa forma, verifica-se um referencial teórico, pautado na história da Polícia Militar no Brasil e em Goiás, da Academia de Polícia Militar de Goiás e do ensino militar ofertado nesta instituição, perpassando por seus primórdios institucionais, até os dias atuais.

2 DESENVOLVIMENTO

São raros os trabalhos e pesquisas levantados sobre a história da Polícia Militar no Brasil, principalmente em relação ao Estado de Goiás. Bretas e Rosemberg (2013) destacam que tal temática é bastante nova na historiografia, o que justificaria as dificuldades de se encontrar fontes, ainda mais ligadas a este recorte da instrução militar e da formação dos professores instrutores.

Para este tópico, recorreu-se a uma comparação entre a educação militar goiana e a de outros estados. A intenção é apresentar continuidades, ou seja, a tese é, então, de que as mesmas falhas encontradas no ensino promovido pela Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás são comuns a outras realidades, ou seja, é um problema que sobressai às corporações, se estendendo à educação brasileira como um todo: a falta de profissionalização, destinação condizente dos profissionais às suas respectivas áreas de formação, gratificações conforme os títulos e formação continuada, rigor na seleção desses profissionais e planos de carreira que compreendam a importância da atividade docente.

Considerando a qualificação de instrutores para a formação de oficiais da Aeronáutica, Kirsh e Mizukami (2011) apontam a divergência ainda existente, entre prática e teoria na educação: para os pesquisadores, prioriza-se muito a empiria, a experiência, as vivências e carreiras militares em detrimento de uma formação docente condizente. Como resultado, têm-se instrutores pouco preparados para atuarem como docentes por desconhecerem os aspectos essenciais desta profissão, como metodologias, didáticas, recursos, planejamentos, entre outros.

Outro fator que pode favorecer a ineficiência destes profissionais é a necessidade de atuarem em duas áreas simultâneas: não deixam suas atividades operacionais militares quando passam a exercerem a função de docente, logo, como o tempo e a disposição de responderem a ambas as funções são curtos e exaustivos, acabam por dividir a eficiência e vitimando sempre a qualidade no ensino (KIRSH, MIZUKAMI, 2011).

A partir da realidade da Academia da Polícia Militar de Santa Catarina, Martins, Santos Jr. e Silva (2012) ressaltam, sobre o Curso de Formação de Oficiais que não há preocupação com a formação docente, tão pouco a destinação destes profissionais de acordo com as áreas de formação; de acordo com os mesmos o atual corpo docente da PMSC é de oficiais daquela corporação sem que possuam

vínculo exclusivo com a Academia; novamente questiona-se o tempo de dedicação à atividade docente, a desvalorização da carreira e da formação continuada, carências de cursos de aperfeiçoamento didático, desvalorização da pesquisa, falta de cooperação entre as instituições e a superação da prática pela teoria.

Souza (2004), analisando o currículo para a formação de soldados da PM de São Paulo, acrescenta um problema teórico, que consiste no fato desses currículos terem sido formulados há décadas, e apesar de suas atualizações, a base continua positivista, preservando características da educação tradicional. Assim o processo educacional é centrado na figura do professor, que domina o conhecimento e o transfere para o aluno e este é tratado como paciente e não como ser pensante. Todo o trabalho pedagógico gira em torno de um cronograma sem considerar as especificidades culturais e psicológicas dos educandos.

A educação militar ainda se impregna dessa tradição, de ensino imposto e não compartilhado, de métodos que segmentam, e não incluem, de aceitação e não de inovação de recursos, de práticas, de posicionamentos, reflexões, de não favorecimento às pesquisas e à autonomia do educando. No entanto não é um mal apenas da educação militar, mas da educação em geral brasileira, que é fundada nos favorecimentos econômicos e políticos, voltada para a manutenção das estruturas e não para sua transformação, como defendia Freire (1996).

No caso da escolha dos profissionais docentes, em Goiás, os critérios são subjetivos ou aleatórios, fato este que se repete desde os primórdios da APM/GO, permanecendo nos dias atuais. Podemos afirmar que os professores são escolhidos a esmo, sem que as escolhas ou indicações exijam mais que graduação ou especialização, todavia sem obrigatoriedade de qualquer vínculo com a disciplina a ser ministrada ou formação para docência (PEREIRA, 2012), contrariando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

2.1 Academia de Polícia Militar de Goiás

Tencionando adequar as formas de ensino militar às realidades político-sociais brasileiras do século XX, e melhor qualificar o profissional de Segurança Pública, surge, em 1924, a escola regimental, cuja função estava relacionada a alfabetização da tropa, tendo por referência, a artista plástica, então professora no Quartel do XX na cidade de Goiás, Goiandira do Couto, que alfabetizou boa parte dos militares da região (SOUZA, 2003).

Com tal iniciativa, em 1940 surge o primeiro curso regular de soldados, a Escola de Formação de Praças, que em 1952 passa a formar oficiais. Em 1971 surge o Centro de Formação e Aperfeiçoamento, o qual, em 1985, viria a ser a Academia de Polícia Militar de Goiás.

2.2 Considerações sobre o ensino na APM/GO

Desde 1970, alternando momentos de maior ou menor intensidade, o ensino militar em Goiás segue os preceitos e orientações do Exército Brasileiro, cujas normas eram copiadas pelo Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Polícia Militar (CFA-PM) com fiscalização e acompanhamento da Inspeção Geral das Polícias Militares - IGPM (órgão circunscrito ao exército).

Atualmente, a base desta organização está no Regulamento Interno da Academia de Polícia Militar, nas Normas Para o Planejamento e Conduta do Ensino (NPCEs), no Plano Geral de Ensino e, claro, na Lei de Diretrizes e Bases de 1996, que estabelece:

Art. 1º - A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 83 – O ensino militar é regulado em lei específica admitida a equivalência de estudos de acordo com as normas fixadas pelo sistema de ensino (LDB, 1996, *apud* PEREIRA, 2012, p. 7).

O referido Plano Geral de Ensino tem por finalidade “...proporcionar a necessária habilitação para a ocupação de cargos e funções previstos em sua organização, bem como manter seus integrantes inseridos no contexto da sociedade em que atuam...” (PEREIRA, VICENTINI, 2013). Observa-se, portanto, que tais finalidades são fruto de todo desenvolvimento por que passara a educação superior e técnica do estado, já que compreende a diversidade cultural que compõe os campos de atuação destes profissionais.

Os objetivos gerais, apontados pelo Plano Geral de Estudos de 2003, são:

- educar o indivíduo, criando e desenvolvendo hábitos imprescindíveis ao bom desempenho de suas funções na polícia militar;
- estimular o espírito de corpo, amor à carreira e à profissionalização, transmitindo-lhes conhecimentos técnicos, peculiares às atividades policiais militares;
- moldar e aprimorar o caráter e o físico do profissional, capacitando-o a tê-los como instrumentos para o exercício de suas funções;

- familiarizar os componentes da corporação com os princípios de liderança e chefia;
- fortalecer as convicções democráticas e as crenças na lei, na justiça e na ordem;
- incentivar os policiais militares a desenvolverem qualidades e aptidões indispensáveis às atividades policiais militares, tais como: controle emocional, bom senso, urbanidade e capacidade de decisão, honestidade e probidade administrativa (PEREIRA, 2013, p. 64, 65).

Os documentos citados anteriormente como norteadores do ensino militar da Academia da Polícia Militar de Goiás são os que determinam a formulação das diretrizes e das matrizes curriculares. Com o propósito de comparar a evolução desta categoria de ensino baseado na formulação das disciplinas, Pereira (2013) apresenta as matrizes do terceiro ano do Curso de Formação de Oficiais, que é o último ano do curso, nas últimas quatro décadas e as diferenças são intrigantes: as de 1978 se compõem de disciplinas em geral ligadas à prática militar, como referentes a tiro, técnica militar, educação física, outras referentes às áreas de Direito, e surpreendentemente encontramos a de Didática, também contendo disciplinas ligadas à prática dos vários setores operacionais militares. São, ao todo, 16 disciplinas (Ver Tabela 1, Anexo I).

Já em 2007, amplia-se a quantidade de disciplinas para 21, as quais corroboram, de forma geral, a tendência democrática e humanista, voltada à sociedade que toma a educação militar a partir da Constituição de 1988. Assim, seus conhecimentos abarcam caracteres práticos, como tiro, análise de riscos, outros voltados à cidadania, como policiamento comunitário, outras que tratam das funções gerais do PM, como administrativas, de planejamento, outras para eventualidades, com temas de psicologia, medicina, enfim. Segundo Pereira (2013, p. 82), “no total o curso é realizado em 3 anos letivos, com 18 semanas semestrais e 38 horas / aulas semanais, totalizando 3.070 horas aula, sendo no 1º ano (990 h/a); no 2º ano (1010 h/a); e no 3º ano (1070 h/a).” (Ver Tabela II, Anexo I).

2.3 Metodologia de pesquisa

Tendo por principal inquietação a qualidade do ensino ofertado na Academia de Polícia Militar de Goiás, o presente trabalho se funda em pesquisa bibliográfica, partindo tanto de fontes primárias, como legislações, pareceres, decretos, diretrizes, matrizes e currículo, em geral, da APM/GO, quanto de fontes secundárias, em livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso que tratam do mesmo tema, ainda que em recortes diferentes.

Justamente por essa amplitude de recortes e a carência de obras, estudos que tratem especificamente deste estudo, essa se faz com auxílio de métodos comparativos (entre as várias realidades de ensino militar encontradas e documentadas no país) e analíticos (dada a peculiaridade do caso e as várias opiniões emitidas sobre o mesmo).

Apresenta-se também, tão qualitativa quanto quantitativa: isso ocorre porque, embora se prime por um enfoque qualitativo, em que fontes, métodos, análises são respostas a um planejamento à priori e vislumbre referenciar essa forma de ensino, para corroborar qualquer posição, o aspecto quantitativo se fez como âncora, demonstrando os dados analisados e problematizando-os.

Como recurso, além de uma estruturação que considere tanto o cronograma lógico dos acontecimentos e sua repercussão (ou seja, primeiro a criação da Academia, depois suas implicações do ensino, carências e opiniões dos que dela participam), há a exposição de dados a partir de gráficos (em anexo) e porcentagens.

Para tal, a coleta de dados fora realizada a partir de amostragem aleatória (de forma que qualquer um poderia ou não responder ao questionário), com um questionário previamente planejado com questões objetivas sobre formação de alunos e professores, dificuldades encontradas no processo de ensino aprendizagem, entre outros.

Dois questionários diferentes foram aplicados entre professores e estudantes, estes últimos, embora o questionário tenha sido o mesmo, foram separados por categorias, ou seja, alunos do Curso de Formação de Praças, do Curso de Formação de Oficiais e do Curso de Altos Estudos de Segurança Pública ofertados pela referida Academia. Ao todo, têm-se 848 questionários respondidos por praças, 68 por alunos oficiais, 41 do CAESP e 98 por professores/instrutores.

2.4 Resultados

Antes da exposição dos questionários, é interessante notar alguns fatores que permeiam a escolha das proposições. Oriundos de um grupo social, formados cultural e identitariamente, todas as pessoas são suas formas de adaptação ao meio, ou seja, são o que interiorizam da realidade que as cercam, seja natural ou social e são as respostas que enviam ao meio, suas trocas e assimilações. São seres culturais. A continuidade dessa cultura implica em normas, condutas sociais

que se espera de cada componente, as quais advêm da necessidade de aceitação que os indivíduos têm para se identificarem, se sentirem parte de um todo. Portanto, as pessoas representam em tudo que são, o grupo ao qual pertencem (ALEXANDRE, 2004).

São estas normas, apreendidas desde a infância, ligadas a todos os setores sociais, como política, economia, religiosidade, mercado de trabalho, família, enfim, que definem as vivências das pessoas. Elas estão nas formas de agir, pensar, falar, se posicionar, ou ao contrário, de se esquivar, silenciar, aquietar; logo, o que as pessoas expressam em seus discursos é impregnado de poder: da família que o ensinou a ser de tal forma; do patrão que o repreenderá ou se satisfará com dado argumento; do líder religioso, dos amigos, etc (FOUCAULT, 1999).

Essa compreensão é crucial para se verificar os posicionamentos no questionário, ou seja, cada grupo responde em conformidade com suas posições sociais, seus jogos de interesses, os poderes a que estão emergidos, entre outros. Logo, os alunos se posicionam sob duas hipóteses: na primeira, estão preocupados com a baixa qualidade do ensino em função do despreparo dos profissionais instrutores, verificam e através de seus apontamentos, solicitam mudanças, já que é de seus interesses pessoais que saiam da academia capacitados para suas funções; na segunda, como aqueles instrutores que questionam a eficiência ainda serão seus colegas de trabalho, certamente seus superiores, tendem a se esquivar de enfrentamentos, afirmando não saberem da veracidade das questões abordadas, o que justifica a quantidade de “não tenho conhecimento”.

De igual forma, contrapondo-se a esse aspecto, a falta de informação por parte dos gestores propicia uma situação de conforto para ambos (gestores e docentes), deixando de gerar tensão, pressão e cobrança por qualificação.

Por conseguinte, entre os discentes também há diferenças ligadas à interesses, experiência, idade, capacitação, que tornam as respostas díspares. E isso também em relação aos professores, que se veem em um embate entre apontar a possibilidade de haver falhas em seus trabalhos, por não haver uma formação condizente com a atuação e a possibilidade de surtir algum efeito, com essas colocações, e perderem estes cargos, ou terem que se especializar.

2.4.1 A Educação Militar a partir dos instrutores/professores

Os questionários aplicados aos professores/instrutores dos cursos ofertados na Academia de Polícia Militar de Goiás, contavam com quatorze questões objetivas

e uma subjetiva, referente à formação. Nesta análise, levamos em consideração primeiro, os resultados conforme cada questão e, depois, sua reflexão. O total de professores fora de 98, logo, como o número é pequeno, serão expostos dados absolutos e não porcentagem como no caso dos discentes (Ver ANEXO II).

Para iniciar, indagados sobre suas formações, 37 afirmaram-se apenas graduados, 57 especialistas, 1 mestre, nenhum doutor ou pós-doutor, enquanto 3 não responderam. Sobre a graduação, na segunda questão, 36 afirmaram-se Bacharéis em Direito, outros 13, Gestores em Segurança Pública e 8 não responderam.

Partindo para a atividade docente que desempenham, a terceira questão tratou do tempo de experiência destes em docência, dos quais, 17 não possuem experiência anterior, 8 têm experiência de menos de um ano, 36 de mais de um ano e 37 com mais de cinco anos. Já na quarta questão, sobre a docência na Polícia Militar, 46 trabalham com esta há cerca de 2 anos, 17 de 2 a 5 e apenas 26 trabalham na docência militar há mais de 5 anos. Outros 9 não responderam.

A quinta questão indagava sobre a relação entre a formação dos instrutores e a função que desempenhavam como instrutores da PM, logo, 94 afirmaram ser condizente a formação, 3 destacaram não ser e um optou por não responder.

Em uma análise pessoal de suas capacidades, a sexta questão indagou-os sobre a existência de dificuldades enquanto instrutor, para a qual, enquanto 69 diziam-se satisfeitos, 4 destacaram dificuldades em didática, 7 em oratória, 11 em planejamento e 10 em sequência didática.

A sétima questão também fora aplicada para os discentes, que se refere à existência ou não de diferenças entre uma exposição com técnicas e exposições empíricas, instintivas, dos quais, 90 reconheceram a diferença e outros 8 não. Sobre a importância de um quadro de professores especializados em docência na APM/GO, na oitava questão, 88 destacaram ser importante e 10 não.

A nona questão tratou da seleção para quadro docente da APM, em que 92 acharam necessária e 6 discordaram. Sobre como se daria essa seleção, na décima questão, 47 defenderam a prova de títulos em banca de qualificação, outros 39 defenderam apenas a prova de títulos e 12 destacaram não fazer diferença.

A décima primeira questão abordou a relação entre qualidade na formação discente e qualificação do quadro docente, em que 95 afirmaram a necessidade da segunda para a garantia da primeira, 1 discordou e 2 não viram relação.

Na décima segunda questão, sobre o vínculo profissional dos instrutores à essa e outras instituições, 91 afirmaram-se policiais militares, 6 bombeiros militares e 3 ligados à instituições de ensino. Destes, 57 ressaltaram que sua instituição fornece estímulos para sua formação continuada e outros 41 desconhecem essas atitudes em suas respectivas instituições, conforme a décima terceira questão.

Na décima quarta, sobre a questão anterior, 97 dos instrutores destacam ser importante a existência desses estímulos, embora 1 não considere. Por fim, sobre a possibilidade de se criar um Plano de Carreira para o profissional de Instrução Militar e sua respectiva gratificação condizente à formação, 94 acham importante e 4 desconsideram.

Observa-se, portanto, mais uma expressão dos jogos de interesses e poderes que se inserem nestas colocações, de forma que, como visto, os docentes relatam, em sua maioria, serem a favor da Criação do Plano de Carreira, embora não se mostrem interessados na especialização em áreas ligadas à docência, que melhor os qualificariam na execução de suas atividades na APM/GO, que é o preceito inicial da valorização profissional aqui defendida.

2.4.2 A Educação Militar a partir dos discentes

Os questionários aplicados aos estudantes foram divididos em três grupos: 848 alunos do Curso de Formação de Praças (CFP), 68 alunos do Curso de Formação de Oficiais (CFO), e 41 alunos do Curso de Altos Estudos em Segurança Pública (CAESP). Sendo as mesmas perguntas para todos destes grupos, distribuídas em dez questões, com uma subjetiva, relativa à formação superior que possuem e as demais objetivas, referente à como vêem a qualidade do ensino e de seus respectivos professores. Ao todo, foram submetidos aos questionários, 957 cursistas (Ver ANEXO III).

Na primeira questão, indagou-se a graduação dos entrevistados, e houvera representantes de praticamente todas as áreas do conhecimento, com ênfase em Direito (29,8% do total geral) e Gestão em Segurança Pública (13,3% do total geral).

Para os alunos do CFP, têm-se, dos cursos mais populares, respectivamente, que 195 seriam formados em Direito; 124, em Gestão em Segurança Pública, 64 em Administração; 39 em Educação Física; 26 em Sistemas de Informação; 23 em Gestão de Recursos Humanos; 16 em Música; 15 em Ciências Contábeis; 14 em Letras e 11 em Gestão Pública.

Aos cursistas de CFO, dos cursos mais populares, têm-se que 63 são formados em Direito; 3 em Gestão em Segurança Pública e, por fim, estariam Ciências Contábeis e Educação Física, cada qual com 1 graduado.

Já referente aos cursistas do CAESP, têm-se que, quanto aos mais populares, 28 teria graduação em Direito; 4 em CFO e apenas 1 nos cursos de Administração, Biologia, Enfermagem, Engenharia, Fisioterapia, Gestão em Segurança Pública, Medicina, Teologia, entre outros.

Na segunda questão, foram abordados quanto à formação de seus professores, 33,2% ressaltaram que estes são formados nas áreas em que atuam; 5,7 % afirmaram que não são formados nas áreas em que atuam e outros 52% afirmaram não ter tal informação. Neste aspecto, vale salientar que como as disciplinas possuem carga horária específica, os estudantes podem de fato cumprir o cronograma sem conhecer a formação de seus professores. Isso remete também ao fato de considerarem que, como são militares e atuam no treinamento militar, estariam atuando em suas áreas, mesmo tendo por formação cursos distantes dos assuntos abordados na APM.

Na terceira, como no caso inicial, a maioria não soube responder por desconhecerem as informações (total 64,2%): sobre o grau de especialização, ressaltaram que seus professores são especialistas (8,3%), Pós-Graduados (10,1%), Mestres (5%) e Doutores (aparecendo 1,9% apenas nas respostas dos alunos do CAESP).

Na quarta questão, são averiguados a existência de possíveis dificuldades no processo de ensino/aprendizagem devido à barreiras didáticas, ou seja, algum problema na forma de ensino, os cursistas do CFP e CAESP afirmaram, em sua maioria, a inexistência de empecilho, enquanto os cursistas do CFO alegaram haver dificuldades. No total, 39,4% ressaltam encontrar dificuldades e 54,3%, não encontram. É difícil analisar as implicações desses dados, pois o problema pode ser tanto individual (em alguns alunos, ou alguns professores), quanto coletivo visto que não há um quadro fixo de professores, os quais são ligados a todos os cursos, ou não, não há como mapear quaisquer deficiências.

A quinta questão aborda conhecimentos pessoais sobre a diferença entre exposições técnicas e exposições empíricas ou instintivas, 73,1% atestaram haver essa diferença e outros 9,5% a negaram. Essa discussão parece já ter sido superada no universo acadêmico, de modo a constatarem a necessidade de ambas no contexto educacional. É o que se denomina “práxis” (FREIRE, 1999).

Há que se ressaltar que, muitas vezes a formação teórica ainda é deixada em segundo plano em detrimento da formação prática. Isso é comum principalmente nos cursos técnicos, profissionalizantes, como os oferecidos pela APM, em virtude da qual, prioriza-se profissionais com ampla experiência militar, aos que poderiam ter experiência docente, subestimando conhecimentos de didática, oratória, planejamento, metodologias, teorias, entre outros.

Em seguida, na sexta questão, a pesquisa focou-se na formação docente e em sua importância para os profissionais que se destinam à instrução militar. Desse modo, 72,8% destacaram ser de grande importância o curso de especialização, enquanto uma minoria de 3,3% disseram não fazer diferença.

A sétima questão aborda as áreas que deveriam ter maior atenção para a formação do docente. Assim foi verificado que, 43% destacaram a didática, 29,2% apontaram o planejamento, 16,3% optaram pela sequência didática e outros 4,3% pela oratória. Havia também os que se diziam satisfeitos, representando 16,6%.

Sobre a necessidade de uma seleção para o quadro de professor da APM, apontada na oitava questão, 76,8% concordam, outros 4,8% discordam e os demais se abstiveram. A nona questão sugere como seria essa seleção: somente com prova de títulos, com 34,9%, banca examinadora com prova de títulos, contando a maioria de 52,2%, enquanto 7% disseram não haver diferença e o restante optou por não responder.

Por fim, foram questionados, na décima, quanto à necessidade de qualificação do quadro docente, para a qual, 75% destacam concordar, 0,9% acharam desnecessário e outros 5,1% não viram relação entre qualidade do ensino e qualificação docente. Novamente, demais se abstiveram.

2.5 Carências e potencialidades na educação militar em Goiás, na Academia de Polícia Militar

Diante do exposto, o ensino militar exercido pela Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás poderia ter melhor qualidade se houvesse incentivo em função da qualificação, especialização dos profissionais instrutores, uma vez que a atividade docente implica em domínios que não se desenvolvem apenas empiricamente se fazendo necessária a continuidade da pesquisa, informação e renovação dos conhecimentos práticos e teóricos.

Durante a averiguação dos dados dos questionários, constatou-se a disparidade entre as formações dos docentes para com as áreas em atuação. É certo que a Matriz Curricular apresenta disciplinas ligadas à Administração, ao Direito e Medicina. Entretanto, a formação para a docência também é necessária, por fazer desse profissional, que já domina o Direito, a Gestão de Segurança Pública, a Medicina, também conhecedor das formas de se apresentar os conteúdos, de orientar os educandos, respeitando suas experiências cognitivas e influenciando suas formações críticas.

Quando se refere ao professor como eterno pesquisador, não há exagero algum, isso porque, como a realidade é mutável, instável, e se trabalha com grupos sociais diversos, com indivíduos oriundos de vários contextos históricos e culturais diferentes, ao professor cabe estar sempre a par das peculiaridades de seus educandos e permitir-lhes apresentá-las (LECANALLO *et. al.*, 2007).

Brandão (2004) trata as instituições educativas como lugares de mediação cultural, ou seja, é o momento de se permitir conhecer outros costumes, crenças, posições, opiniões, ideias e torná-las favoráveis à educação, às trocas cognitivas. Em outra obra, Brandão (2007) ressalta a partir da educação indígena a importância de se dar lugar a essas diversidades e às várias formas de educação. Isso ocorre, em sua comparação, porque há várias etnias indígenas e cada qual possui costumes diferentes, logo, impor-lhes uma forma educacional una é proporcionar uma generalização que prejudicaria a continuidade daquela etnia.

Trazendo para o contexto da educação em geral, observamos a crítica à escola tradicional, herdada do século passado em que o ensino era pautado na homogeneização, na ordem e na disciplina, estando qualquer liberdade de expressão, de discursos ou de gestos reprimidas, porque não cabia ali incentivar a diversidade, a aprendizagem individual, mas um “treinamento”, uma “modelagem” de todos para um fim comum. Mas esse fim era a igualdade, ou seja, acreditava-se que tornando os educandos igualmente portadores dos caracteres que a sociedade esperava, estariam aptos a exercerem suas funções sociais. Essa forma de educação era centrada na figura do professor.

Na educação atual, considera-se de demasiado valor o respeito às identidades e acredita-se ser viável esse “treinamento” para um fim comum sem desprezar suas individualidades, como no caso da educação militar que tende a capacitar o profissional para ser um bom cidadão e representante da Segurança

Pública. E essa é uma das problemáticas apontadas pelos autores pesquisados: como cada profissional é redimensionado para uma região, a qual possui índices, eventualidades, ocorrências diferentes, portando características demográficas, políticas e culturais variadas. Ensiná-los perante essas particularidades e prever experiências reais com as quais terão de lidar, é melhor capacitá-los, logo, a educação militar ainda tem muito a herdar da civil.

Freire (1987) chama atenção para outra questão: a educação, militar e civil, ainda se expressa de forma a negar a descentralização dos processos de ensino e aprendizagem do docente; releva-se o papel do professor ao do aluno, como se o primeiro fosse o grande detentor do conhecimento, o que gera, por consequências, a sobrecarga deste em função da minimização do papel do aluno, a desvalorização das experiências do educando e uma educação de cima pra baixo.

É incorreto esperar a perfeição, a excelência por parte dos professores. Assim, igualando-os em funções e valores, compreendendo a educação como trocas contínuas em que todos têm voz, respeita-se o que Freire denomina “consciência de inconclusão”; ambos, docentes e discentes, reconhecem que ainda há muito a aprender e se empenham para tal.

Pereira (2012) ao tratar do ensino na Academia de Polícia Militar de Goiás, aponta que não há um espaço pedagógico de encontro, diálogo, trocas de experiências, planejamento e atividades interdisciplinares para os docentes. Mais que um espaço concreto, existia a necessidade desse ambiente de interação. Freire (1996) já destacava que não há uma formação docente sem a reflexão própria da prática docente a qual deve ser contínua.

Um questionamento levantado a todos os entrevistados, docentes e discentes, sobre as principais áreas de conhecimento dos educadores de que devem estar a par, eles citaram planejamento, oratória, sequência didática e didática, esta última a mais citada. Sobre a oratória, Silva e Borba (2011) ressaltaram historicamente que esse era o requisito primordial para se escolher docentes. Desse modo, bastava falar bem, ter domínio de público e do conhecimento científico em sua área de atuação para se tornar um professor.

Entretanto, verificado nos mesmos questionários, atualmente não é o bastante: um instrutor pode dominar os conhecimentos, ter ótima dicção e saber explanar os conteúdos, mas se não estabelece um bom planejamento que considere a evolução da aprendizagem por parte dos educandos, ou não varia sua

metodologia, ou aplica avaliações que sobressaem à compreensão dos alunos, ou trata de uma realidade adversa às que aqueles conhecem, não desenvolverá suas atividades docentes com êxito.

Segundo os dados coletados, 43% dos estudantes observaram a importância da didática no contexto escolar. No Brasil, a ênfase desta nas salas de aula teria surgido no século XX, sofrendo diversas modificações de acordo com as mudanças sociais, perpassando desde o conservadorismo, tecnicismo, naturalismo essencialista, psicologismo, sociointeracionismo, entre outros. Tavares (2011) refere-se à didática como a parte da Pedagogia que trata dos objetivos do ensino, conteúdos escolares, metodologias, relações professor-aluno-comunidade escolar-sociedade, avaliação e planejamento. Logo, observa-se a importância de conhecer os fundamentos teóricos da didática e aplicá-los na prática docente da APM. Desse modo, seriam solucionadas possíveis adversidades encontradas nos pontos indicados pelos pesquisados.

Por fim, perante os dados apontados nos questionários, de um total de quase mil pessoas entre docentes e discentes, observa-se a constatação de que há problemáticas e negá-las seria refutar a possibilidade de melhorar o quadro de professores e em virtude disso, melhor qualificar os futuros profissionais de Segurança Pública.

3 CONCLUSÃO

Com a criação da Força Policial de Goyaz, observou-se, já naquela época, a necessidade de dotá-la com profissionais os quais seriam os responsáveis pela Segurança Pública interna, pois estariam desvinculados a partir de então do Exército Brasileiro, que cuidaria doravante apenas de questões externas de defesa territorial. Para tanto, seria necessário o estabelecimento de certa autonomia das forças policiais das províncias, para adequação às realidades locais.

A escolha dos profissionais de Segurança Pública, inicialmente, era feita à esmo, sem critérios, mas com o decorrer da evolução das instituições brasileiras, encontrou-se no século XX um contexto que exigia cada vez mais desse profissional. Embora tenha subordinação administrativa ao Exército Brasileiro, essas forças policiais ganham alguma autonomia sendo regidas pelos Estados, de forma que o Governador se torne seu Comandante em Chefe e sua maior liderança político-administrativa.

Assim, já no século XXI, criam-se critérios na seleção de praças e oficiais, com a exigência de formação superior e passa a caber à Academia de Polícia Militar qualificar esse profissional para exercer sua função enquanto Policial Militar.

Com esta evolução, emerge outro problema: a qualificação dos instrutores. Neste contexto há diversas inquietações, como a formação necessária, o conhecimento teórico em detrimento do prático e vice versa, e, claro, em contrapartida, a remuneração destes profissionais, políticas de horas de trabalho, compensações, gratificações e benefícios, ou seja, se não compensam em reconhecimento e retribuição financeira tal atividade, como exigir alguma especialização? Mas, ao mesmo tempo, como exigir dos educandos formação superior se, como constata o questionário, há instrutor que só possui nível médio?

O objetivo desse trabalho era ressaltar essas problemáticas em relação ao ensino exercido pela APM/GO, o qual fora garantido também em virtude da explanação dos resultados da pesquisa de campo que corroboram a necessidade de investimento na formação docente. Entretanto, como a temática é nova, há raríssimos trabalhos sobre o assunto, o qual é permeado de polêmicas ligadas ao poder, à hierarquia e à disciplina. Embora se conseguira averiguar um dos motivos das deficiências profissionais que ainda se encontra na Segurança Pública Goiana, não se consegue, apenas com esse trabalho, uma solução ao problema.

As soluções sobressaem ao alcance deste, mas aqui já se nota os caminhos a seguir, como os próprios questionados, principais interessados nas melhorias, apontaram. Mas para que essas melhorias ocorram, todos os agentes educacionais devem se empenhar, dentro e fora da corporação, a fim de criar projetos de incentivo à formação continuada, estimulando e cobrando dos profissionais, especialização ligada à docência superior.

Há também a necessidade de se criar um quadro fixo de instrutores para que se torne mais fácil de cobrar-lhes especialização em docência, de gratificar-lhes conforme as funções e lhes oferecer maior oportunidade de integração pedagógica, trocas de experiências, conhecimentos, ações interdisciplinares, pesquisa, entre outras. Esse quadro permitiria ao profissional docente maior dedicação a esta atividade e a escolha para tal já fora citada nos questionários e consiste na seleção por banca examinadora. Deve-se ainda primar pela avaliação dos profissionais dos cursos oferecidos, a fim de se verificar a qualidade do ensino da instituição.

São inegáveis as evoluções do ensino militar no Estado, exercida pela APM/GO, exemplo disso é a cooperação educacional, hoje representada por

instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual de Goiás - UEG e a Universidade Federal de Goiás - UFG, intermediadas pela Superintendência das Academias Estaduais de Segurança Pública - SAESP, mas há certamente outras questões que devem, no mínimo, ser questionadas, refletidas tanto na área de formação quanto na área de atuação policial.

Diante do que foi apresentado, espera-se que os produtos de pesquisas como esta e outras sirvam de base para projetos que visem à maior excelência dos profissionais de Segurança Pública do Estado de Goiás, tornando este referência para o Brasil.

4 REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Marcos. **Representação Social: uma genealogia do conceito.** Comum - Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho / dezembro 2004. Disponível em: <http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/Artigo7.pdf>. Acesso em maio de 2014.

ASSIS, Maria Cristina de. **Metodologia do trabalho científico.** 2008. Disponível em: http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/pub_1291081139.pdf. Acesso em abril de 2014.

BORBA, Ernesto Oliveira; SILVA, Regina Nogueira da. **A importância da didática no ensino superior.** 2011. Disponível em: <http://www.ice.edu.br/TNX/storage/webdisco/2011/11/10/outros/75a110bfabd8a88954e5f511ca9bdf8c.pdf>. Acesso em maio de 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20). Disponível em: <http://www.iesp-rn.com.br/ftpiesp/Disciplinas20%E9%20Educa%E7%E3o.pdf>. Acesso em maio de 2014.

BRETAS, Marcos Luiz Bretas; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi**, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 162-173.

CARRILHO, Maria. **O processo de profissionalização militar no exército português.** Revista Nação e Defesa, 2012. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2879/1/NeD21_MariaCarrilho.pdf. Acesso em abril de 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf%5Cpedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em maio de 2014.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 1996. Ano da Digitalização: 2002. Disponível em: http://plataforma.redesan.ufrgs.br/biblioteca/pdf_bib.php?COD_ARQUIVO=17338. Acesso em maio de 2014.

FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <http://docente.ifrn.edu.br/valcinetemacedo/disciplinas/metodologia-do-trabalho-cientifico/e-book-mtc>. Acesso em abril de 2014.

GASPARIN, João Luiz; LACANALLO, Luciana Figueiredo; SILVA, Sandra Salete de Camargo; OLIVEIRA, Diene Eire de Mello Bortotti de; TERUY, Teresa Kazuko. **Métodos de ensino e de aprendizagem: uma análise histórica e educacional do trabalho didático**. 2007. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT4%20PDF/M%C9TODOS%20DE%20ENSINO%20E%20DE%20APRENDIZAGEM%20UMA%20AN%C1LISE%20HIST%D3RICA.pdf. Acesso em maio de 2014.

KIRSCH, Deise Becker. **Formação dos instrutores militares para a docência no ensino superior: o grupo colaborativo**. III Seminário de Dissertações e Teses do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, São Carlos 29, 30 de novembro e 01 de dezembro de 2011. Disponível em: http://sistemas3.sead.ufscar.br/ppge/deise_becker_kirsch.pdf. Acesso em abril de 2014.

KIRSCH, Deise Becker; MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **A profissionalização do oficial da Aeronáutica: os instrutores militares**. Universidade Federal de Santa Maria. Revista do Centro de Educação, vol. 36, núm. 3, septiembre-diciembre, 2011, pp. 483-497. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/1171/117121313011.pdf>. Acesso em abril de 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov**. Goiânia, GO: Universidade Católica de Goiás, Revista Brasileira de Educação, Set /Out /Nov /Dez 2004 N 27. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n27/n27a01>. Acesso em maio de 2014.

_____. **O ensino de graduação na universidade – a aula universitária**. Disponível em: <http://www.difdo.diren.prograd.ufu.br/Documentos/Texto3-O-ensino-de%20graduacao-A-aula-universitaria.pdf>. Acesso em maio de 2014.

MARTINS, Clayton Marafioti; SANTOS JR., Aldo Antonio dos SILVA, Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da. O cotidiano da docência no ensino superior policial militar. **Revista Ordem Pública**, Vol. 5, n. 1, Semestre I - 2012. Disponível em: <http://www.acors.org.br/rop/index.php?pg=revista>. Acesso em abril de 2014.

MORAIS, Maria do Socorro Almeida de; SOUSA, Reginaldo Canuto de. Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, 2011.

PEREIRA, Elio Gomes. **A criação da Academia de Polícia Militar de Goiás (1970 - 2000)**. Dissertação (Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás) Coordenação de Pós-graduação Stricto Sensu – CPGSS). 2013. Disponível em: http://pos.historia.ufg.br/uploads/113/original_03_-_A_Cria%C3%A7%C3%A3o_da_Academia_de_Pol%C3%ADcia_Militar_de_Goi%C3%A1s.pdf. Acesso em abril de 2014.

PEREIRA, Elio Gomes. **O ensino na Academia da Polícia Militar em Goiás: matrizes curriculares - mudanças e permanências (1970 – 2012)**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em História Cultural e Poder da Pontifícia Universidade Católica de Goiás), 2013. Disponível em: http://tede.bibliotecaecca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1567. Acesso em abril de 2014.

PEREIRA, Elio Gomes; VIVENTINI, Albertina. **História e educação da Polícia Militar de Goiás: (1970 – 2000)**. Teresina-PI: VI Simpósio Nacional de História Cultural: Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar, Universidade Federal do Piauí – UFPI, 2013. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Elio%20Gomes%20Pereira%20&%20Albertina%20Viventini.pdf>. Acesso em abril de 2014.

ROCHA, Luis Antônio da Silva. **A formação docente na Polícia Militar do Estado de Goiás**. Tese (Mestrado em Ciências da Educação). Assunção, Paraguai: Universidade Evangélica do Paraguai, Faculdade de Humanidades e Ciências, 2011

SOUZA, Cibele de. Maria Esperança F. CARNEIRO. **Retrospectiva histórico de Goiás da Colônia à atualidade**. 1. ed. Goiânia-GO: Editora Livraria Cultura Goiana, 1996.

SOUZA, Luiz. **A formação do educador policial-militar**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.uninove.br/PublishingImages/Mestrados%20e%20Doutorados/edu/l%20seminario/MPF%2026.pdf>. Acesso em abril de 2014.

SOUZA. Baltazar Donizete de. **O Ensino Policial e a Formação de Oficiais na Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás**. (Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Goiás) Goiânia: 2003.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática geral**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Disponível em: <http://www.mat.ufmg.br/ead/acervo/livros/Didatica%20Geral.pdf>. Acesso em maio de 2014.

ANEXOS

**ANEXO I - COMPARATIVO ENTRE AS MATRIZES CURRICULARES DE 1979 E
2007**

Tabela 1 – Matriz Curricular do CFO (3º ano) / 1979

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS
1	Educação física militar
2	Ordem unida
3	Armamento e tiro
4	Técnica policial militar
5	Operações de defesa interna e defesa territorial
6	Corpo de bombeiros
7	Direito civil
8	Psicologia social
9	Direito administrativo
10	Direito processual penal
11	Direito processual penal e militar
12	Informações e contra-informações
13	Didática
14	Administração
15	Defesa civil
16	Trabalho de comando

Fonte: (PEREIRA, 2013, p. 70, 71, adaptado de Quartel da APM-GO).

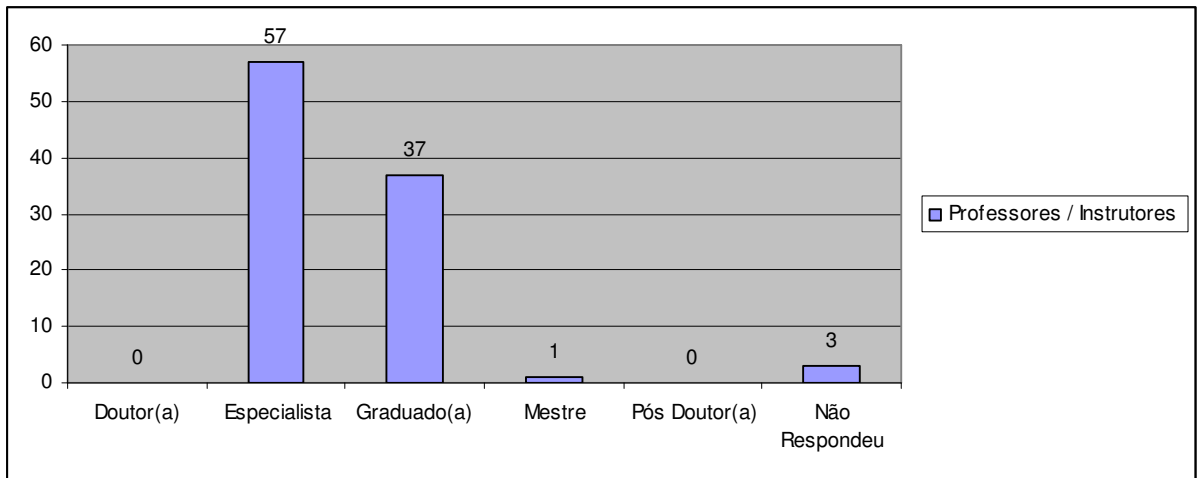
Tabela 2 – Matriz curricular do CFO (3º ano) / 2007

Nº DE ORDEM	DISCIPLINAS
1	Administração de Material, Patrimonial e Pessoal.
2	Administração Financeira e Orçamentária
3	Análise de Cenários e Riscos
4	Uso Seletivo da Força III (POP)
5	Atividades de Inteligência
6	Comunicação Social
7	Criminologia Aplicada a Segurança Pública
8	Defesa Pessoal Policial e Uso seletivo da Força III (POP)
9	Didática
10	Educação Física Militar e Saúde (III)
11	Estágio Supervisionado de Prática profissional (III)
12	Gerenciamento de Crises (POP)
13	Gestão de Qualidade
14	Medicina Legal
15	Ordem Unida (III)
16	Planejamento Operacional
17	Policciamento Comunitário
18	Procedimento Administrativo Disciplinar
19	Psicologia Policial e Criminal
20	Termo Circunstanciado de Ocorrências
21	Treinamento de Pronta Reação (III)

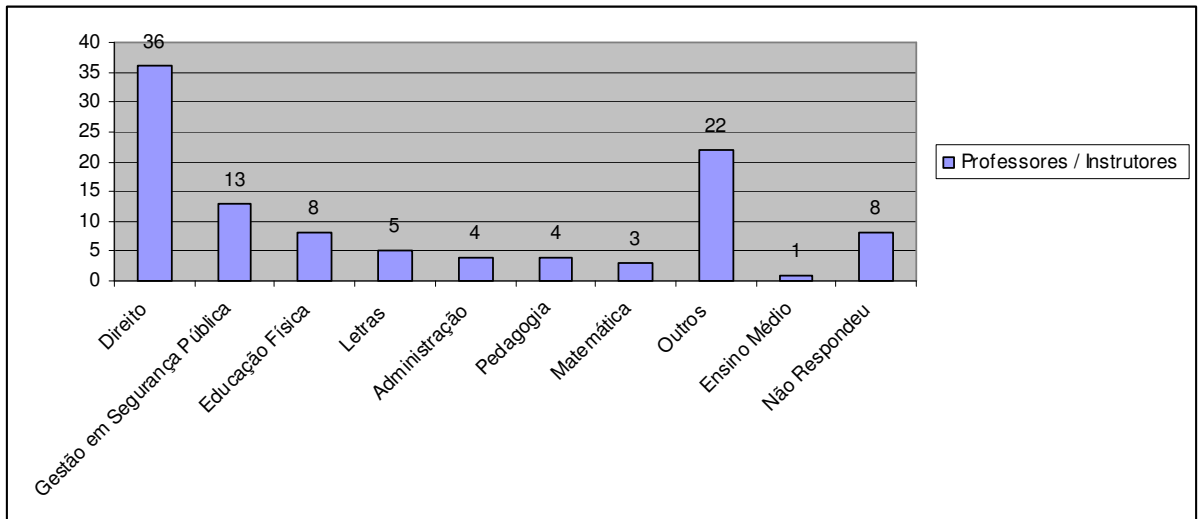
Fonte: (PEREIRA, 2013, p. 81, 82, adaptado de Quartel da APM-GO).

ANEXO II - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS AOS PROFESSORES/INSTRUTORES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS, FORMAÇÃO DE OFICIAIS E ALTO ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS COM DADOS EM GRÁFICOS

1. Qual a seu grau de instrução?

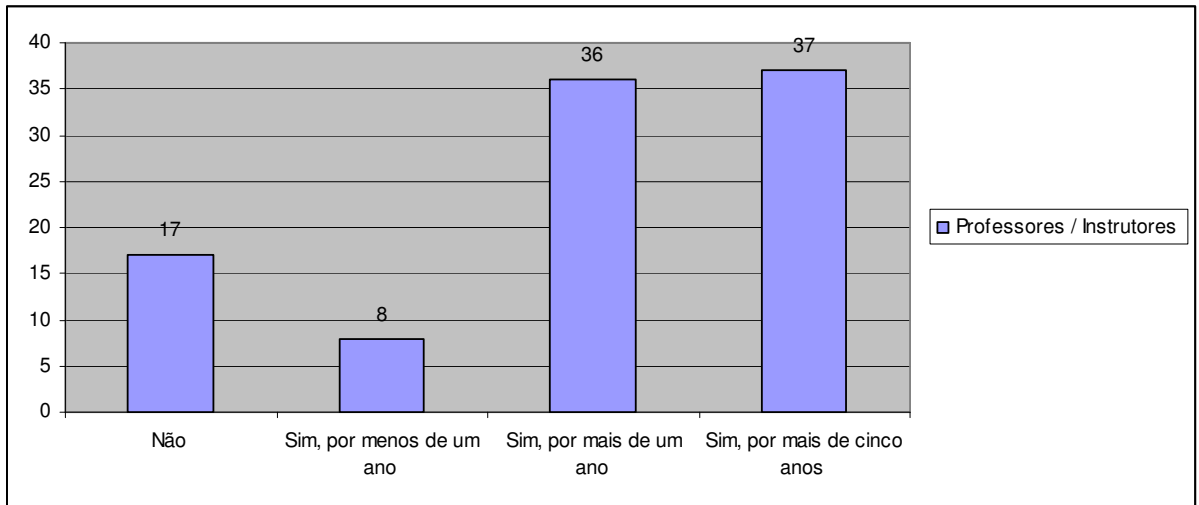


2. Sua formação superior é:

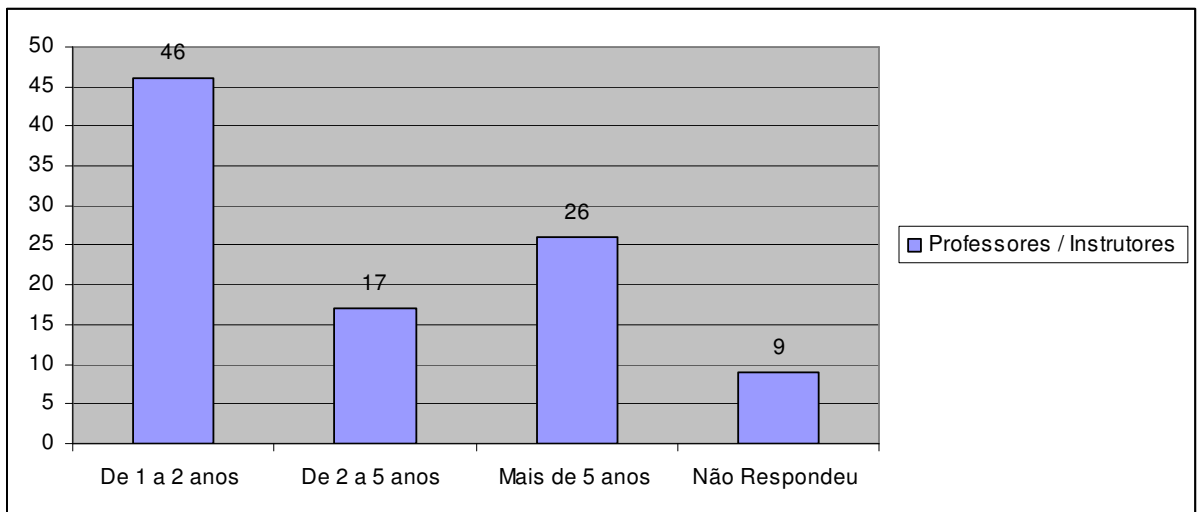


* Os dados do gráfico acima ultrapassaram o número dos 98 entrevistados em razão de múltipla escolha.

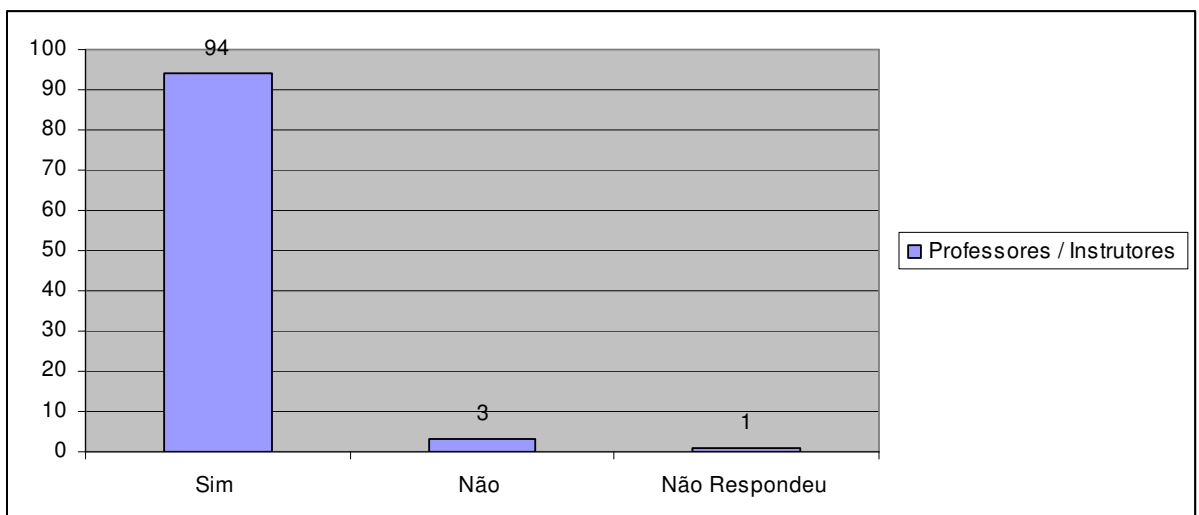
3. Já trabalhou na área da educação atuando como docente?



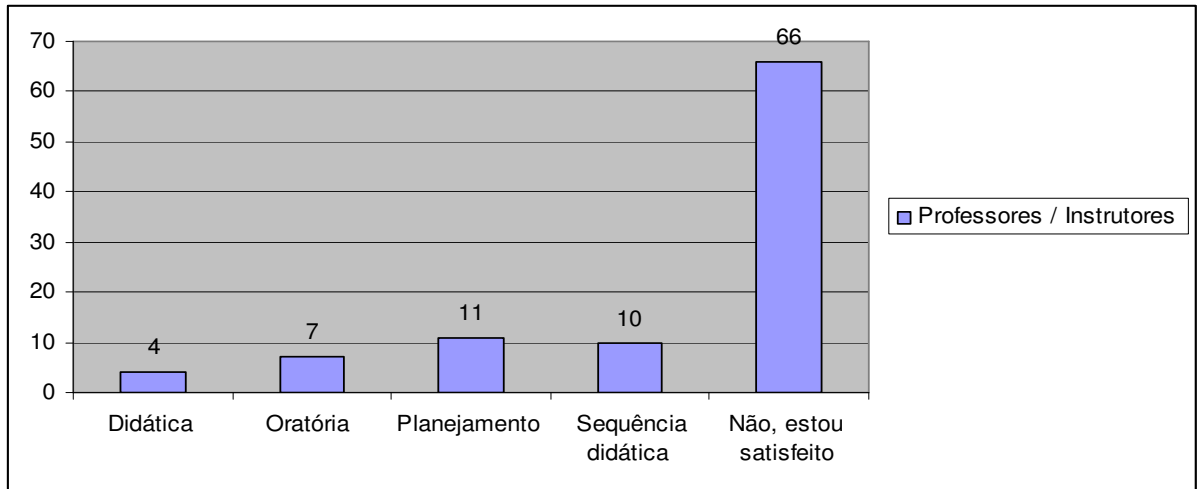
4. Há quanto tempo atua como instrutor da Polícia Militar?



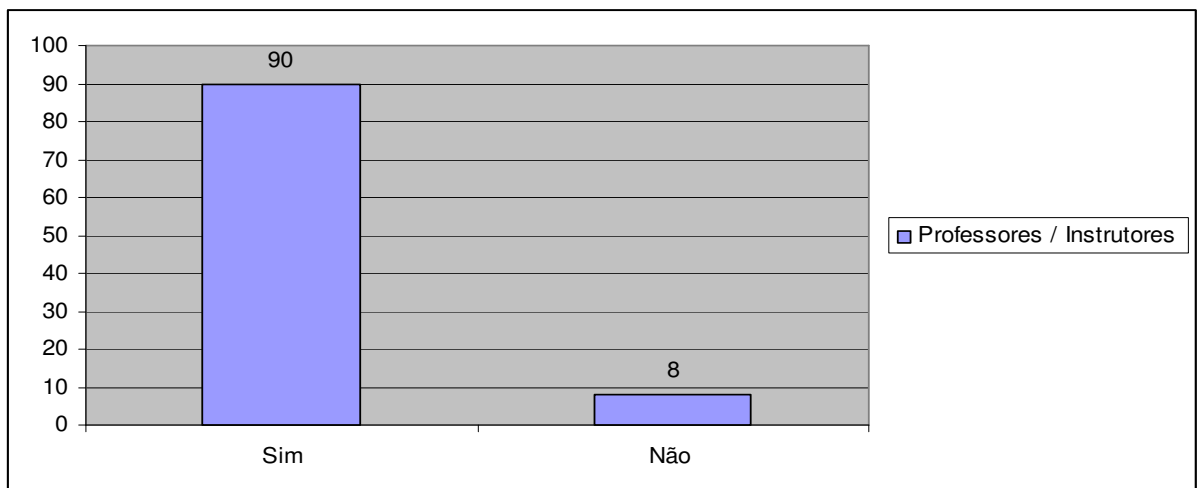
5. Considera sua formação condizente com a função que desempenha na instrução da Polícia Militar?



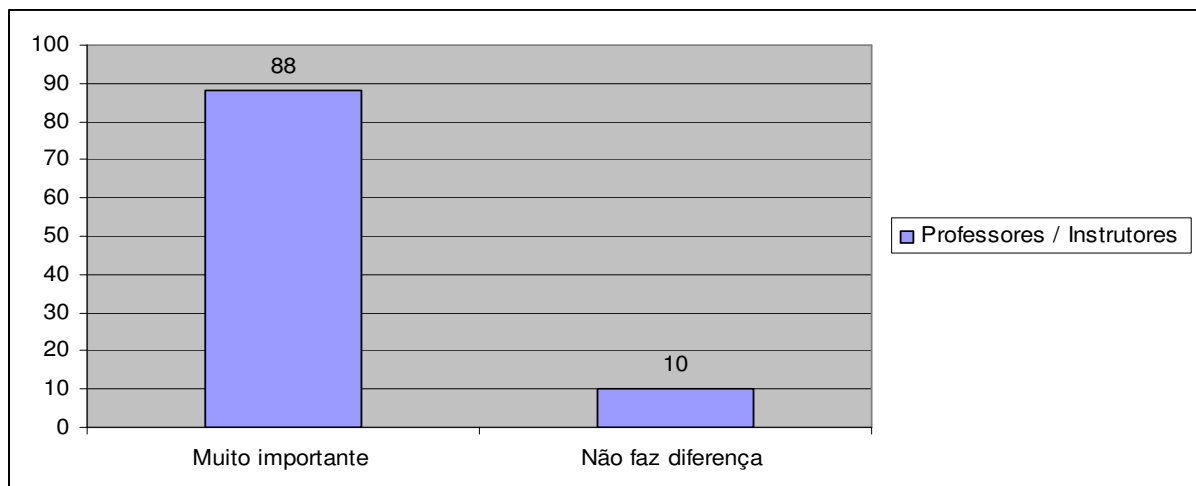
6. Reconhece em sua atuação como instrutor, alguma dificuldade pessoal?



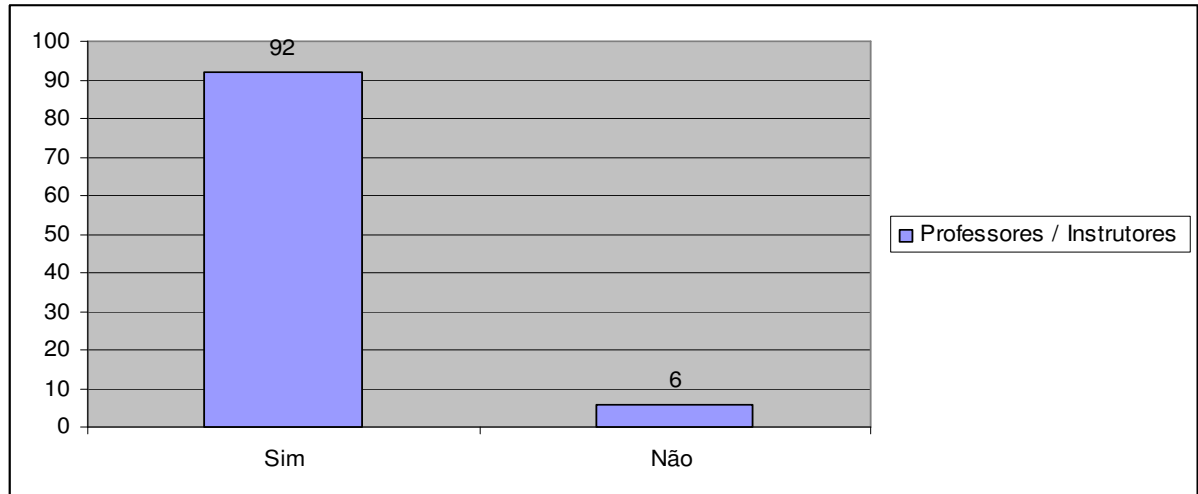
7. Do seu ponto de vista, faz alguma diferença entre uma exposição com técnicas e uma exposição empírica ou instintiva?



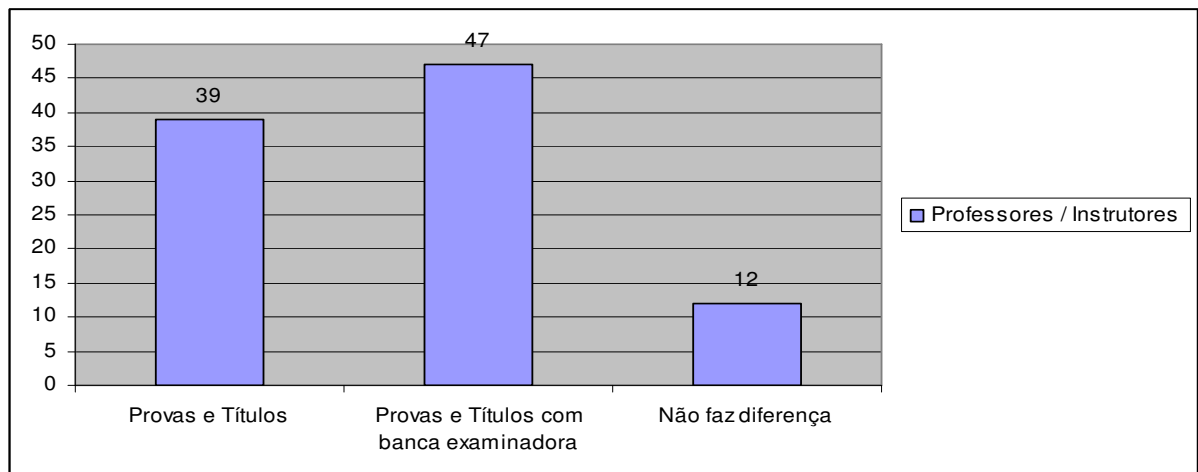
8. De acordo com sua opinião, qual a importância de termos um quadro de professores especializados em docência?



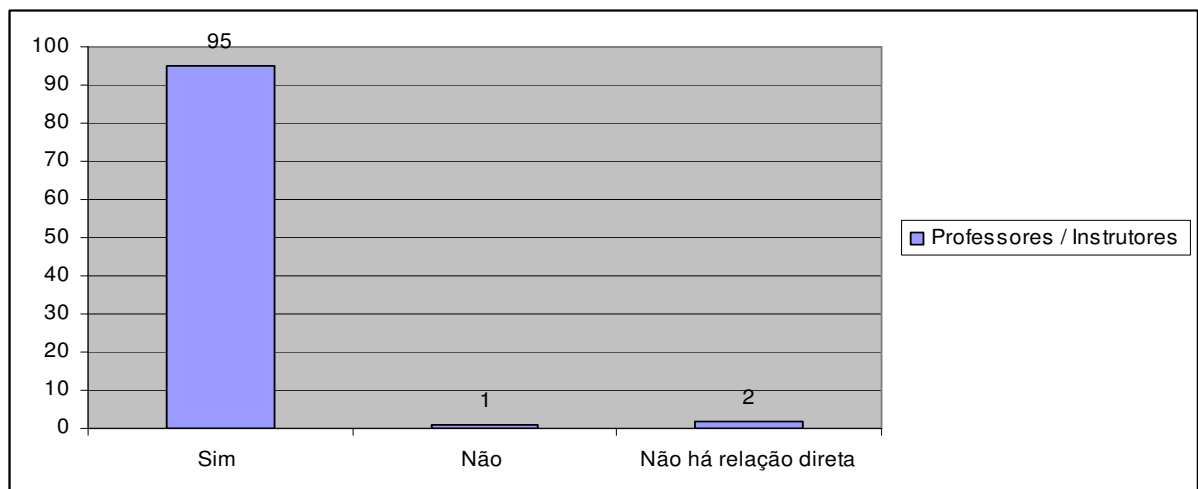
9. Você considera necessária uma seleção para o quadro de professores da Academia da Polícia Militar?



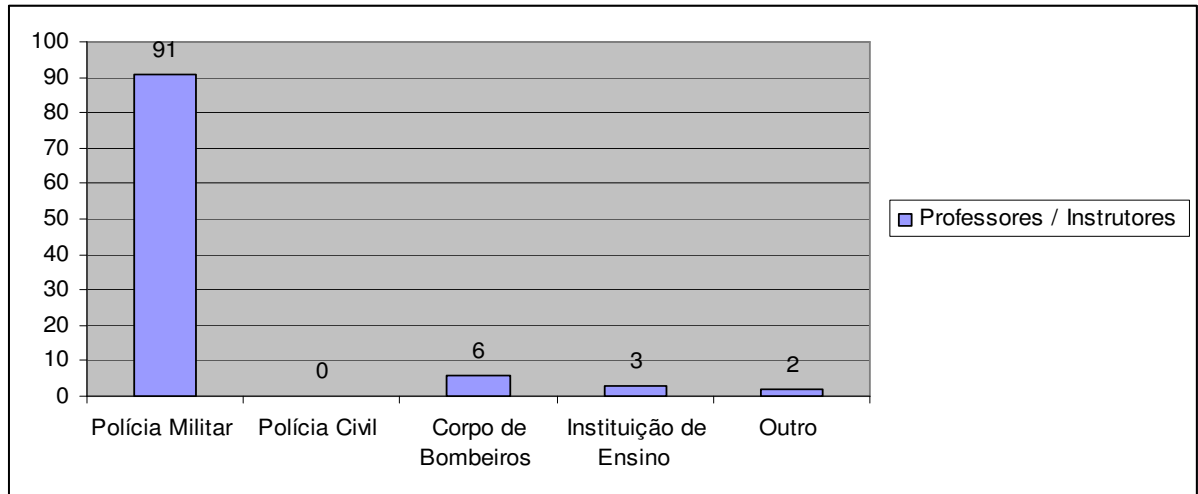
10. Como se daria uma seleção para escolha de professores da Academia da Polícia Militar?



11. Para uma formação de melhor qualidade é necessária a qualificação dos quadros docentes?

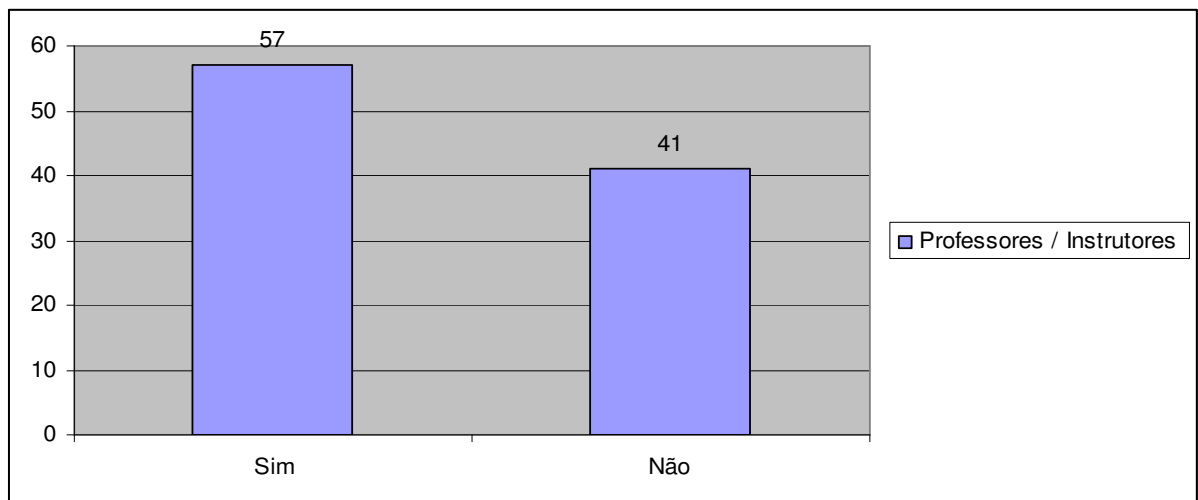


12. A qual órgão encontra-se vinculado?

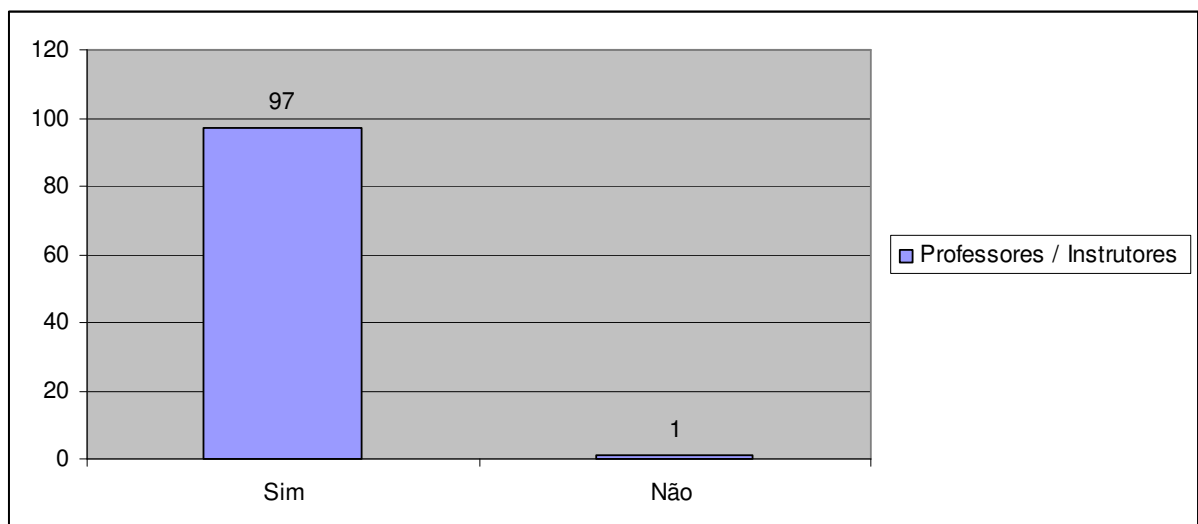


* Os dados do gráfico acima ultrapassaram o número dos 98 entrevistados em razão de múltipla escolha.

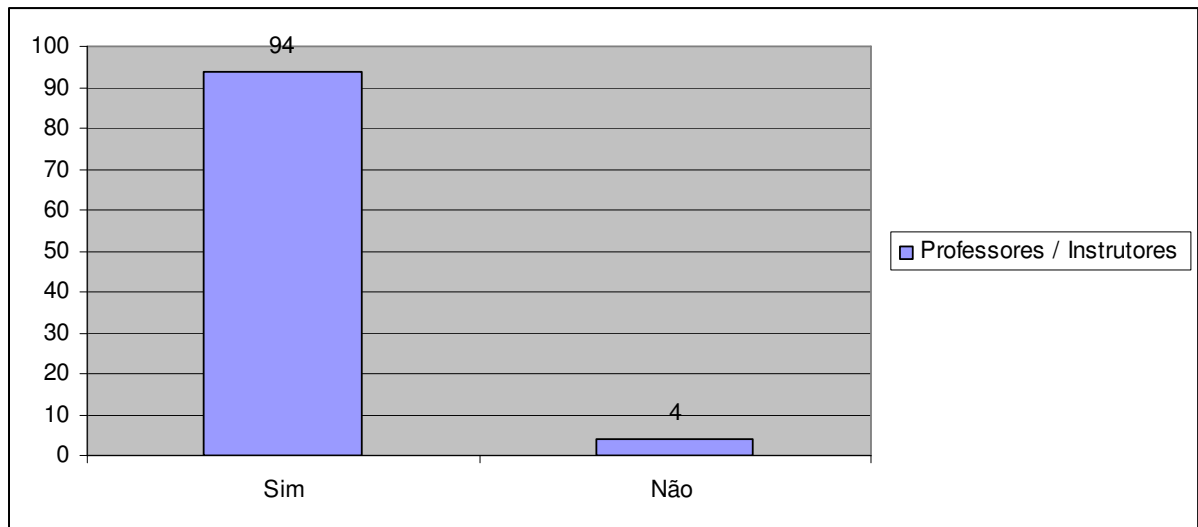
13. O órgão a que está vinculado fornece algum estímulo à sua formação profissional continuada?



14. Considera importante a existência desse estímulo?



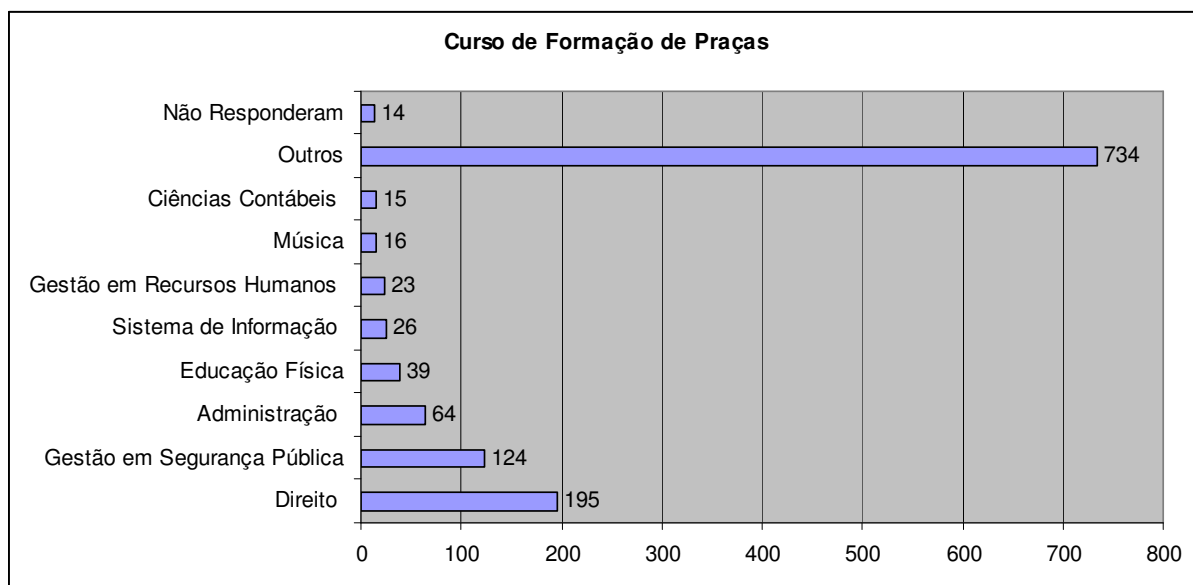
15. Considera importante a criação de um Plano de Carreira para o profissional de Instrução Militar e sua respectiva gratificação condizente à formação?



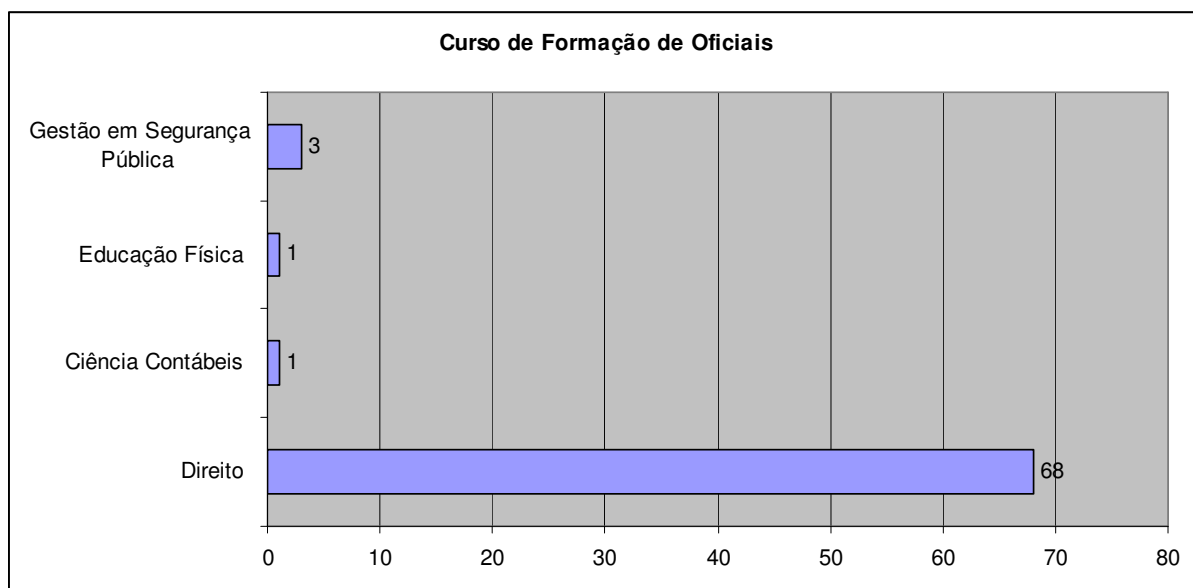
ANEXO III - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS, FORMAÇÃO DE OFICIAIS E ALTO ESTUDOS DE SEGURANÇA PÚBLICA DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS COM DADOS EM GRÁFICOS

CURSOS	QUANTITATIVO DE ALUNOS A RESPONDER O QUESTIONÁRIO
Formação de Praças	848
Formação de Oficiais	68
Alto Estudos de Segurança Pública	41

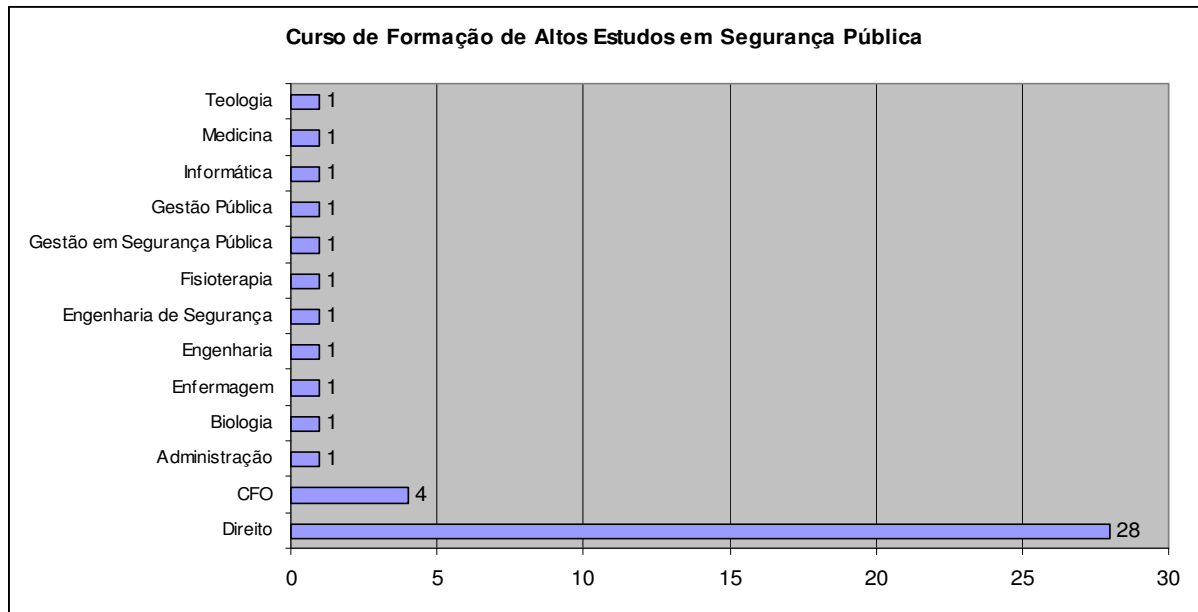
1- Você possui graduação em que área do conhecimento?



* Totalizou-se um universo de 1250 respostas, subentendendo-se que alguns entrevistados teriam mais de uma graduação



* Totalizou-se um universo de 73 respostas, subentendendo-se que alguns entrevistados teriam mais de uma graduação

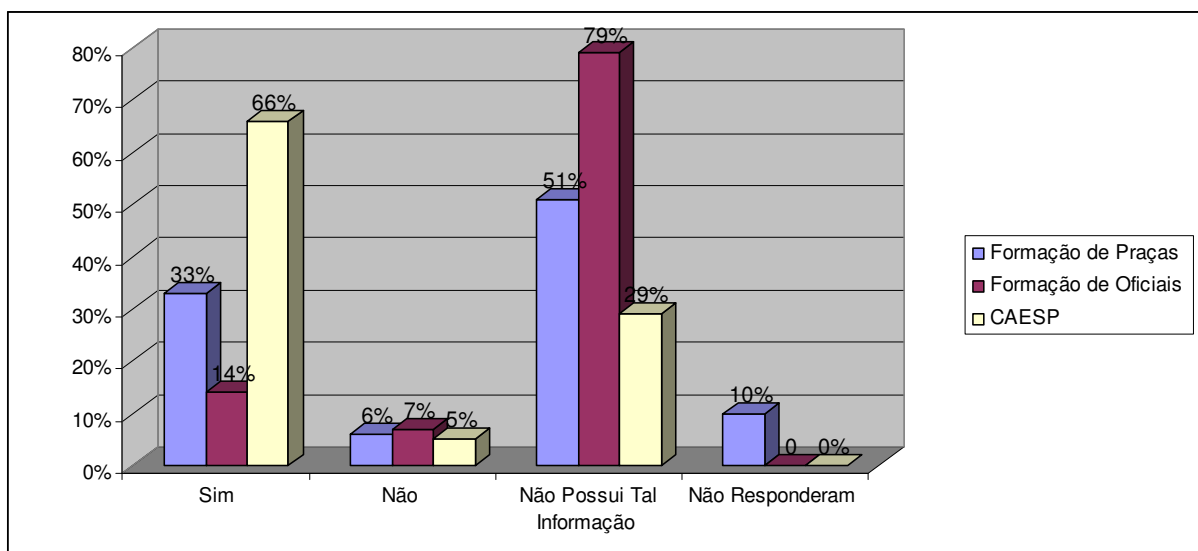


* Totalizou-se um universo de 43 respostas subentendendo-se que alguns entrevistados teriam mais de uma graduação

CURSOS	Direito	Gestão em Seg, Pública
Formação de Praças	22.9%	14.6%
Formação de Oficiais	92.6%	4.4%
Alto Estudos de Segurança Pública	68,2%	2.4%
TOTAL	29.8%	13.3%

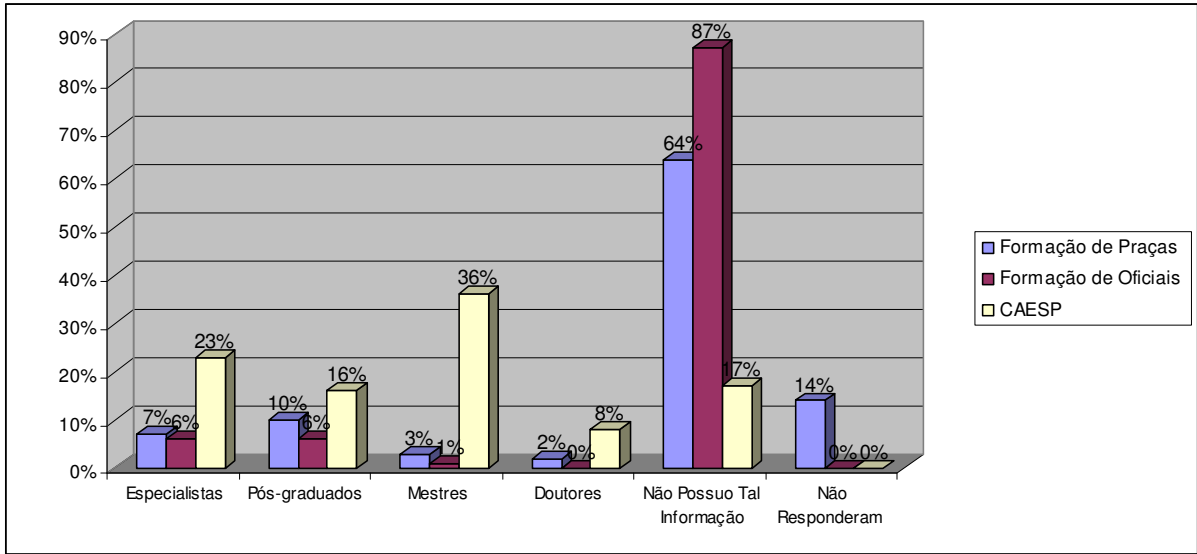
* Observamos aqui os dois cursos evidenciados na pesquisa.

2- Seus professores são formados na área que atuam?



TOTAL	Sim	Não	Não possui tal informação	Não responderam
	33%	6%	52%	9%

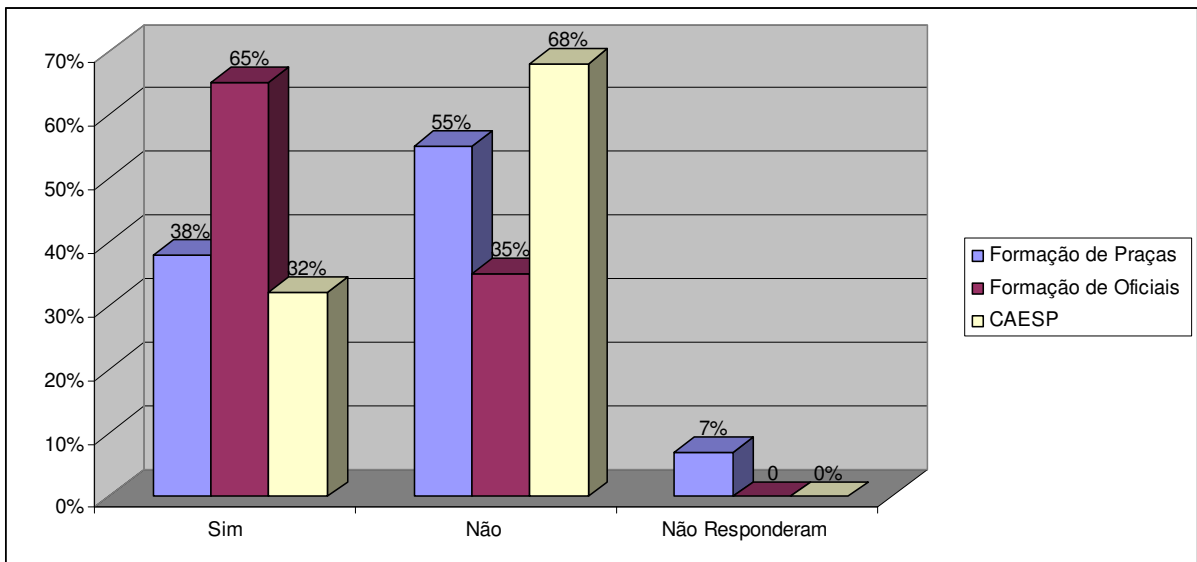
3- Seus professores são:



TOTAL	Especialista	Pós-Graduados	Mestres	Doutores	Não Sei	Não Responderam
	8%	10%	5%	2%	62%	12%

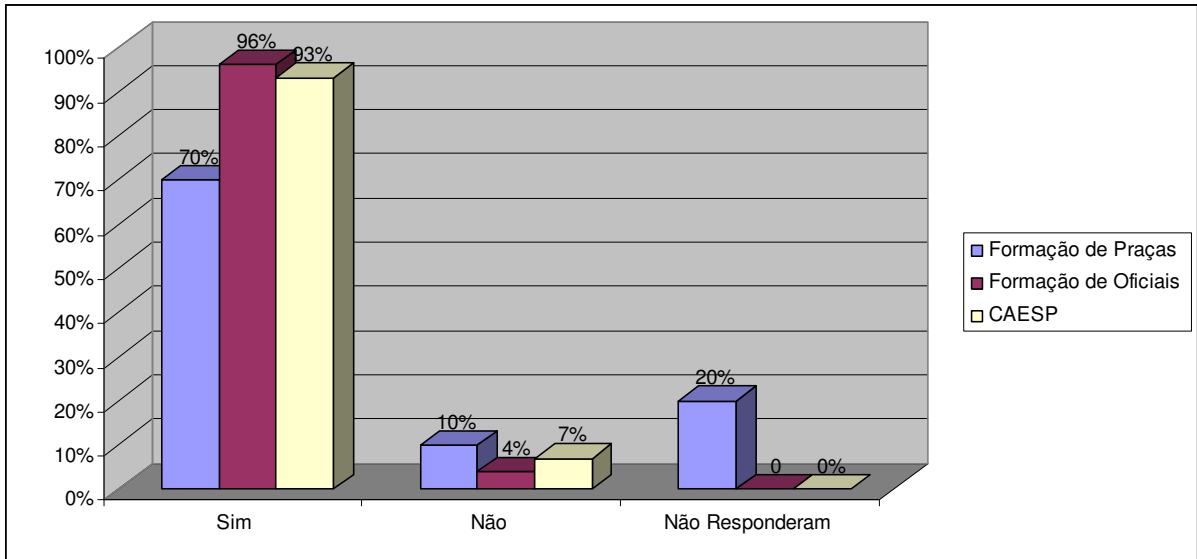
* Os dados do gráfico acima ultrapassaram 100% em relação a amostra, em razão de múltipla escolha.

4- Você tem encontrado alguma dificuldade no encaminhamento de alguma disciplina que ora cursa, por barreiras didáticas?



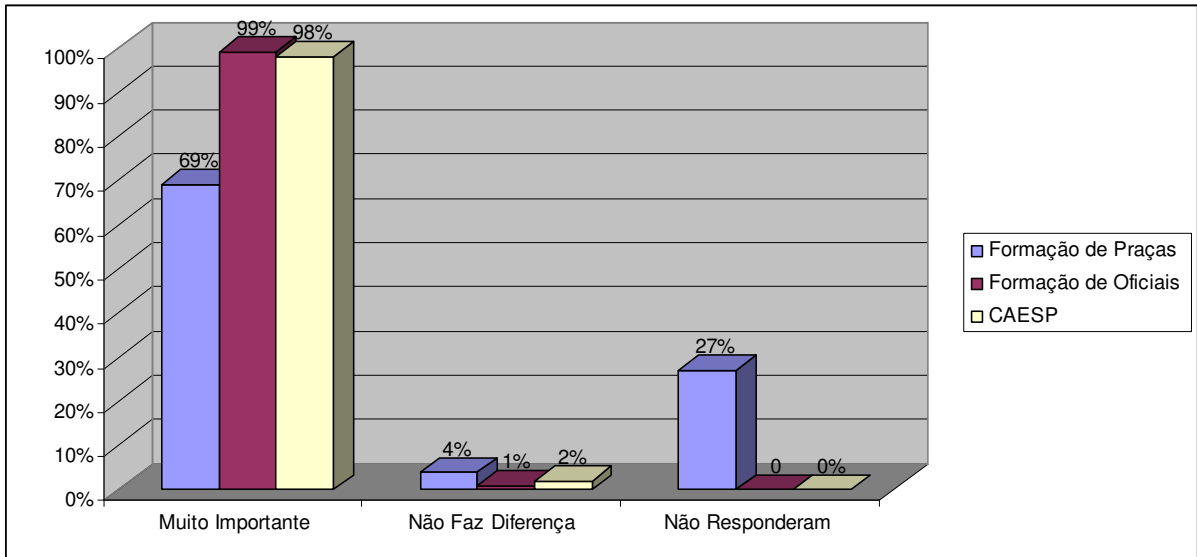
TOTAL	Sim	Não	Não Responderam
	39%	55%	6%

5- Do seu ponto de vista, faz alguma diferença entre uma exposição com técnicas e uma exposição empírica ou instintiva?



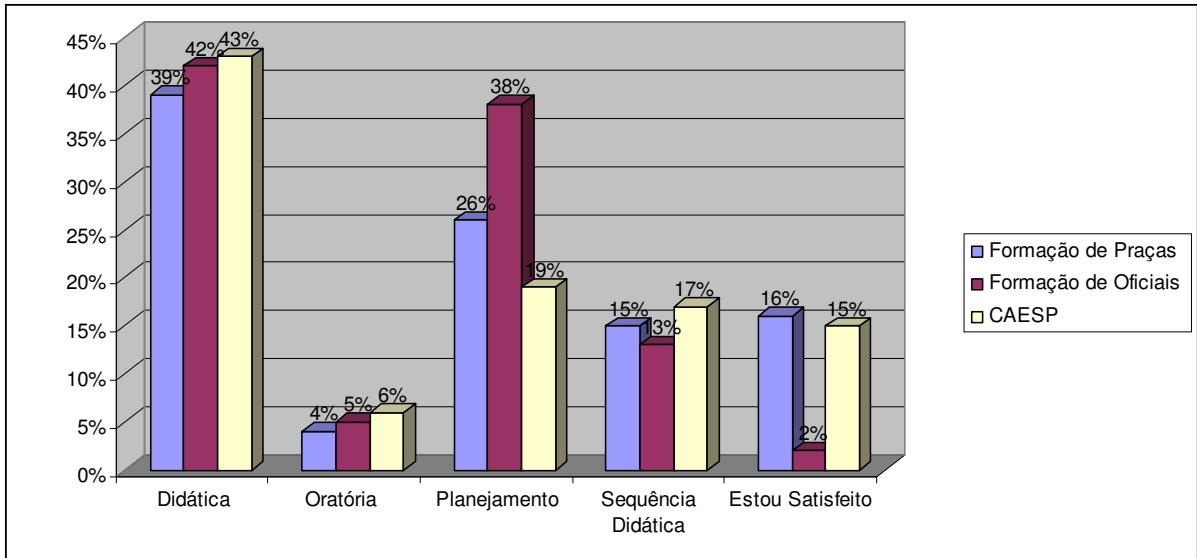
TOTAL	Sim	Não	Não Responderam
	73%	10%	17%

6- De acordo com sua opinião, qual a importância de termos um quadro de professores especializados em docência?



TOTAL	Muito Importante	Não Faz Diferença	Não Responderam
	73%	3%	24%

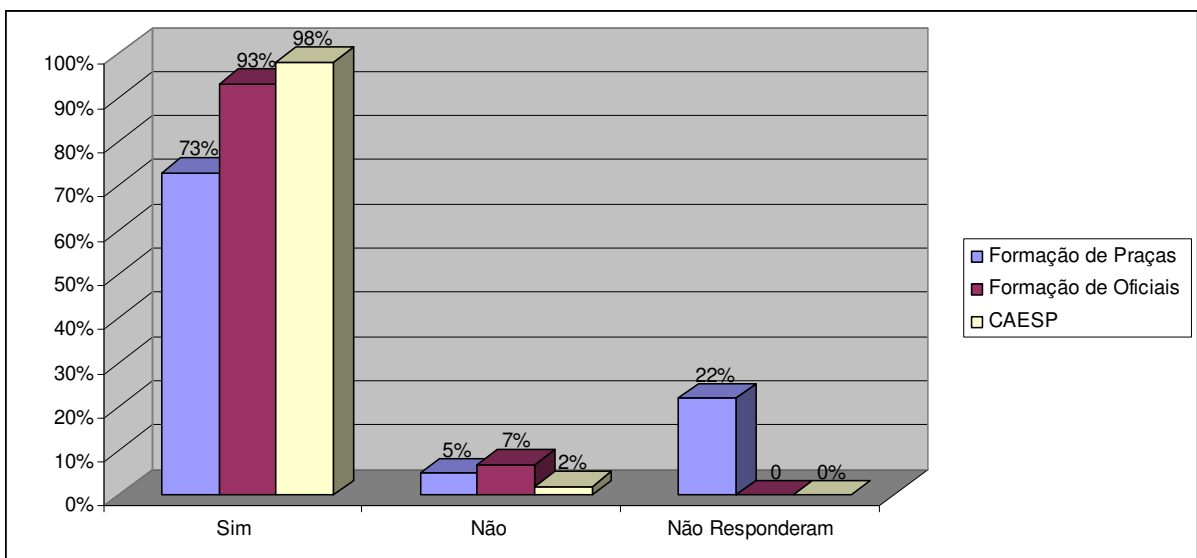
7- Na sua opinião qual área necessita de maior atenção para uma melhor formação de seus professores?



TOTAL	Didática	Oratória	Planejamento	Sequência Didática	Estou Satisfeito
	39%	4%	27%	15%	15%

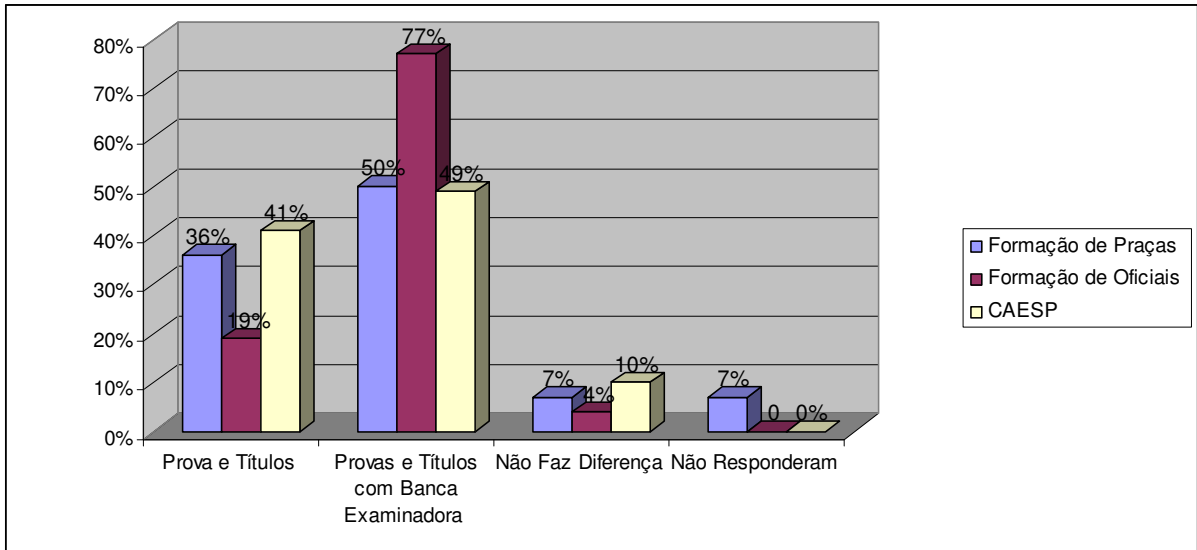
* Os dados do gráfico acima ultrapassaram 100% em relação a amostra, em razão de múltipla escolha.

8- Você considera necessária uma seleção para o quadro de professores da Academia da Polícia Militar?



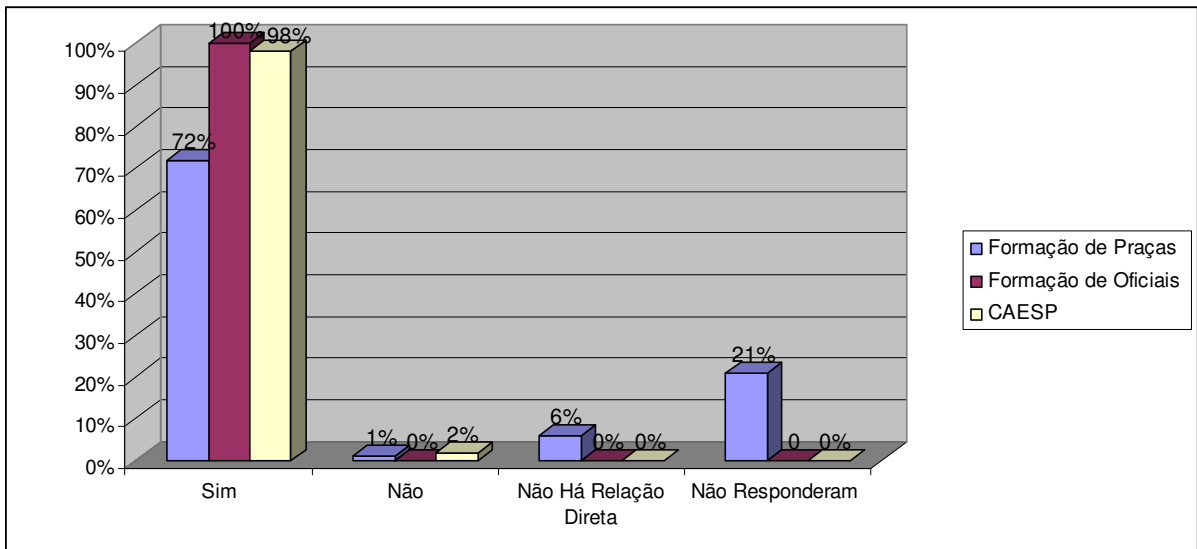
TOTAL	Sim	Não	Não Responderam
	76%	5%	19%

9- Como se daria uma seleção para escolha de professores da Academia da Polícia Militar?



TOTAL	Provas e Títulos	Provas e Títulos com Banca Examinadora	Não Faz Diferença	Não responderam
	35%	52%	7%	6%

10 - Para uma formação de melhor qualidade é necessária a qualificação dos quadros docentes?



TOTAL	Sim	Não	Não Há Relação Direta	Não Responderam
	75%	1%	5%	19%